

ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Profissional	Área de Atuação	Qualificação Jurídica	Qualificação Técnica
Médico	Medicina da Família e Comunidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos Pessoais de identificação (RG, CPF ou Carteira de Registro Profissional). 2. Registro Profissional vigente no Conselho Regional competente; 3. Certificado de Registro da especialidade, quando houver, expedido pelo Conselho da Classe Competente. 4. Prova de Regularidade com o FGTS, quando empregador 5. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Federal 6. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Estadual 7. Prova de Regularidade (CND) Municipal do domicílio do interessado; 8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. 9. Certidão Negativa – Improbidade CNJ (acórdão n. 1.793/2011, Plenário do TCU). 10. Certidão de regularidade CEIS-CGU e CNEP (Acórdão nº 2688/2019 Plenário do TCE) 11. Certidão CADIN/GO (Suspensão/Impedimento de licitar/contratar - Comprasnet.go) (§ 4º art. 5º do Decreto Estadual nº 7.425/2011) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registro Profissional vigente no Conselho Regional de Medicina – Seção Goiás; 2. Comprovação da Especialidade em Medicina da Família e Comunidade por meio do registro junto ao Conselho Regional de Medicina – Seção Goiás ou por certificado que comprove residência ou especialização na específica área;
	Regulação de Acesso à Assistência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos Pessoais de identificação (RG, CPF ou Carteira de Registro Profissional). 2. Registro Profissional vigente no Conselho Regional competente; 3. Prova de Regularidade com o FGTS, quando empregador 4. Certificado de Registro da especialidade, quando houver, expedido pelo Conselho da Classe Competente. 5. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Federal 6. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Estadual 7. Prova de Regularidade (CND) Municipal do domicílio do interessado; 8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.- Certidão Negativa – Improbidade CNJ (acórdão n. 1.793/2011, Plenário do TCU). 9. Certidão de regularidade CEIS-CGU e CNEP (Acórdão nº 2688/2019 Plenário do TCE) 10. Certidão CADIN/GO (Suspensão/Impedimento de licitar/contratar - Comprasnet.go) (§ 4º art. 5º do Decreto Estadual nº 7.425/2011) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registro Profissional vigente no Conselho Regional de Medicina – Seção Goiás; 2. Comprovação de Especialidade em Regulação de Acesso à Assistência por meio de certificado específico ou e/ou comprovação de experiência na prática clínica hospitalar por meio de declaração regularmente emitida;

	Saúde da Família e Comunidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos Pessoais de identificação (RG, CPF ou Carteira de Registro Profissional). 2. Registro Profissional vigente no Conselho Regional competente; 3. Prova de Regularidade com o FGTS, quando empregador 4. Certificado de Registro da especialidade, quando houver, expedido pelo Conselho da Classe Competente. 5. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Federal 6. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Estadual 7. Prova de Regularidade (CND) Municipal do domicílio do interessado; 8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. 9. Certidão Negativa – Improbidade CNJ (acórdão n. 1.793/2011, Plenário do TCU). 10. Certidão de regularidade CEIS-CGU e CNEP (Acórdão nº 2688/2019 Plenário do TCE) 11. Certidão CADIN/GO (Suspensão/Impedimento de licitar/contratar - Comprasnet.go) (§ 4º art. 5º do Decreto Estadual nº 7.425/2011) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registro Profissional vigente no Conselho Regional de Enfermagem– Seção Goiás; 2. Comprovação da Especialidade em Saúde da Família e Comunidade por meio de certificado que comprove residência ou especialização na específica área;
Enfermeiro	Regulação de Acesso à Assistência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos Pessoais de identificação (RG, CPF ou Carteira de Registro Profissional). 2. Registro Profissional vigente no Conselho Regional competente; 3. Prova de Regularidade com o FGTS, quando empregador; 4. Certificado de Registro da especialidade, quando houver, expedido pelo Conselho da Classe Competente. 5. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Federal 6. Prova de Regularidade (CND) com a Fazenda Pública Estadual 7. Prova de Regularidade (CND) Municipal do domicílio do interessado; 8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. 9. Certidão Negativa – Improbidade CNJ (acórdão n. 1.793/2011, Plenário do TCU). 10. Certidão de regularidade CEIS-CGU e CNEP (Acórdão nº 2688/2019 Plenário do TCE) 11. Certidão CADIN/GO (Suspensão/Impedimento de licitar/contratar - Comprasnet.go) (§ 4º art. 5º do Decreto Estadual nº 7.425/2011) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registro Profissional vigente no Conselho Regional de Enfermagem– Seção Goiás; 2. Comprovação de Especialidade em Regulação de Acesso à Assistência por meio de certificado específico e/ou comprovação de experiência em serviços de regulação por meio de declaração regularmente emitida;